

CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

P069/2022 - Serviços de Elaboração de Projeto de Execução -
Acessibilidades 360.º - Programa de Intervenção nas Vias
Públicas (PIVP)

CONSULTA PRÉVIA

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

"P069/2022 - Serviços de Elaboração de Projeto de Execução - Acessibilidades 360.º - Programa de Intervenção nas Vias Públicas
(PIVP)"

-Página 1 de 12-

ÍNDICE

CAPÍTULO I –DISPOSIÇÕES GERAIS-----	3
Cláusula 1. ^a – Objeto-----	3
Cláusula 2. ^a – Contrato -----	3
Cláusula 3. ^a – Prazo-----	3
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS -----	4
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR -----	4
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS-----	4
Cláusula 4. ^a – Obrigações principais do prestador de serviços -----	4
Cláusula 5. ^a – Conformidade e operacionalidade dos bens -----	4
Cláusula 6. ^a – Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução-----	4
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM-----	4
Cláusula 7. ^a – Preço contratual e preço base -----	4 e 5
Cláusula 8. ^a – Condições de pagamento-----	5
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO -----	5
Cláusula 9. ^a – Penalidades contratuais -----	5 e 6
Cláusula 10. ^a – Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto -----	6
Cláusula 11. ^a – Força maior -----	6 e 7
Cláusula 12. ^a – Resolução por parte do contraente público -----	7
Cláusula 13. ^a – Resolução por parte do prestador-----	7 e 8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO -----	8
Cláusula 14. ^a – Execução da caução-----	8
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS -----	8
Cláusula 15. ^a – Foro competente-----	8
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS-----	8 e 9
Cláusula 16. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual-----	9
Cláusula 17. ^a – Comunicações e notificações-----	9
Cláusula 18. ^a – Legislação aplicável-----	10
ANEXO I -----	11
ANEXO II -----	12

CONSULTA PRÉVIA

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1 — O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de prestação de serviços para **Elaboração de Projeto de Execução - Acessibilidades 360.º - Programa de Intervenção nas Vias Públicas (PIVP)**, de acordo com as condições indicadas no Anexo I ao caderno de encargos (Programa Preliminar) em conformidade com o exigido no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2 - Antes da abertura do procedimento foi efetuada consulta informal ao mercado, pelo que se inclui essa informação do presente CE, conforme Anexo II.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor até à total prestação do serviço objeto do contrato que será de **60 dias**, no total, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias decorrentes da execução do contrato por parte do adjudicatário, sendo:

1.1 - 30 dias para apresentação da Fase I - Diagnóstico do Espaço Público para a grande área e do estudo prévio, para a área de intervenção, contados desde a publicação do contrato no portal BASE.GOV;

1.2 - 30 dias para apresentação da Fase II - Propostas de Intervenção e do projecto de execução para a pequena área de execução, contados a partir da aprovação da fase anterior.

2 - Os prazos atrás referidos suspendem-se automaticamente entre a data da entrega pelo adjudicatário dos elementos relativos a cada fase do projeto, até à data da comunicação da sua aprovação pelo MO. Idêntica situação se aplica aos pedidos de esclarecimento e/ou de elementos técnicos essenciais necessários à realização do contrato e solicitados pelo adjudicatário.

Capítulo II **Obrigações contratuais**

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador do serviço a obrigação principal de prestar o serviço identificado na sua proposta.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

O prestador de serviços obriga-se a prestar os serviços ao Município de Ourém, objeto do caderno de encargos com as características, especificações e requisitos técnicos previstos neste Caderno de Encargos, e demais legislação em vigor.

Cláusula 6.^a

Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução

Os serviços para a prestação de serviços, a elaborar de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos deverá acontecer pelo prazo de 60 dias.

Secção II

Obrigações do Município de Ourém

Cláusula 7.^a

Preço contratual e preço base

Pela prestação do serviço objeto do contrato, o Município de Ourém deve pagar ao prestador do serviço a quantia total que constar da proposta adjudicada a qual não pode exceder a quantia de **(69.900,00 €), sessenta e nove mil e novecentos euros**, corresponde ao preço base, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 8.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporariamente, as quais serão emitidas da forma referida no Ponto 6.3 do Programa Preliminar (em Anexo I).
2. A confirmação de cada fase, far-se-á através de um auto de honorários, que será assinado pelo adjudicatário e pelo representante do MO, auto este, que após validação superior, será remetido ao serviço de contabilidade funcionando como ato de validação da fatura.

3. Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objeto do contrato.

4. Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

6. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo reflectir a factura, os serviços efectivamente fornecidos no período a que se refere.

Capítulo III **Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 9.^a **Penalidades contratuais**

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Ourém pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento da prestação do serviço, que poderá ascender até ao montante do preço base do procedimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Ourém pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor do preço base do procedimento.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador ao abrigo da alínea do n.º 1, desta cláusula, relativamente à prestação de serviços cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Ourém tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Ourém pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Ourém exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.^a

Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto

No caso de surgirem erros ou omissões que decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante o prestador de serviços, será exercido o direito que lhe assiste de ser indemnizado, conforme preconizado no artigo 378º do no Código dos Contrato Públicos.

Cláusula 11.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Ourém pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do prestador

1 — Tendo por base os fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 14.^a.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Ourém, que produz efeitos trinta (30) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV Caução

Cláusula 14.^a

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

“P069/2022 - Serviços de Elaboração de Projeto de Execução - Acessibilidades 360.º - Programa de Intervenção nas Vias Públicas
(PIVP)”

-Página 8 de 12-

Execução da caução

1 — A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite, pode ser executada pelo município de Ourém, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 — A resolução do contrato pelo Município de Ourém não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 — A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de dez (10) dias após a notificação do Município de Ourém para esse efeito.

4 — A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

Capítulo V Resolução de litígios

Cláusula 15.^a

Foro competente

1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI Disposições finais

Cláusula 16.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1- A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

*P069/2022 - Serviços de Elaboração de Projeto de Execução - Acessibilidades 360.º - Programa de Intervenção nas Vias Públicas

(PIVP)"

-Página 9 de 12-

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Ourém, 18 de abril de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,

Luís Miguel Albuquerque

ANEXO I

PROGRAMA PRELIMINAR

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

"P069/2022 - Serviços de Elaboração de Projeto de Execução - Acessibilidades 360.º - Programa de Intervenção nas Vias Públicas
(PIVP)"

-Página 11 de 12-

CÂMARA MUNICIPAL DE OUREM | DIVISÃO DE PROJECTOS TÉCNICOS

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS - ACESSIBILIDADES 360º
[2022/300.10.005/29]

PROGRAMA PRELIMINAR | ABRIL 2022 | REVISÃO 00

Índice

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	OBJECTIVOS	4
3.	LEGISLAÇÃO	5
4.	SITUAÇÃO EXISTENTE	5
5.	PROPOSTA	6
5.1.	Fase I - Diagnóstico do Espaço Público	6
5.2.	Fase II - Propostas de Intervenção	7
5.3.	Arranjo geral/ Rede viária	7
5.3.1.	Perfil viário	7
5.3.2.	Materiais:	7
5.4.	Enquadramento paisagístico	7
5.4.1.	Arborização/canteiros/floreiras	7
5.4.2.	Mobiliário urbano e RSU	7
5.5.	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	8
5.5.1.	Sinalização horizontal	8
5.5.2.	Sinalização vertical	8
5.6.	Redes de saneamento	9
5.7.	Rede de abastecimento de águas e de combate a incêndios	9
5.8.	Rede de infraestruturas eléctricas	10
5.9.	Redes de Telecomunicações	10
5.10.	Rede de Gás	10
5.11.	OUTROS	10
5.12.	Levantamento topográfico	10
5.13.	Cadastro de infraestruturas	11
5.14.	Prospecção geotécnica	11
5.15.	Inspecções vídeo e outros	11
6.	metodologia, faseamento e pagamentos	11
6.1.	Metodologia	11
6.2.	faseamentos e prazos	11
6.3.	Forma e condições de pagamentos:	12
7.	Apresentação	12
8.	NOTA FINAL	13

1. INTRODUÇÃO

O projecto objecto deste programa preliminar diz respeito à prestação de serviços, relacionados com:

- Elaboração do Plano de Promoção da Acessibilidade (PPA) para o Espaço Público (Acessibilidades 360º); e
- Elaboração de projecto de arquitectura e especialidades para as áreas indicadas abaixo a vermelho e amarelo, respectivamente:

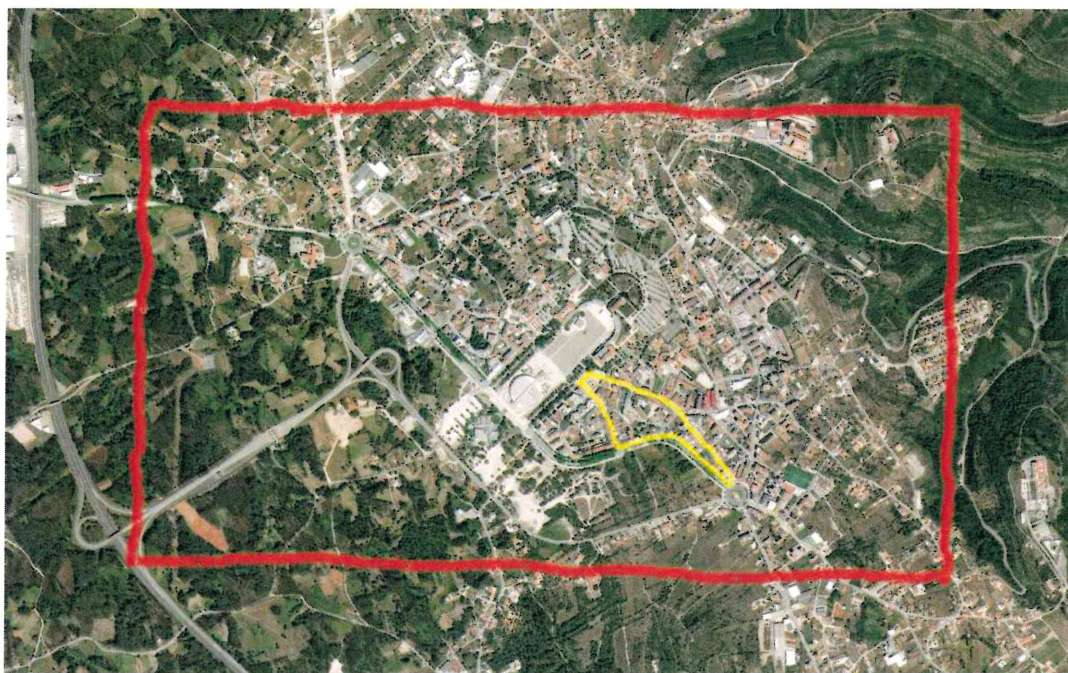


Fig.1 – Localização da área a desenvolver em projecto de execução na grande área do PPA (imagem de BINGMAPS).

2. OBJECTIVOS

O principal objectivo passa por, por um lado:

Desenvolver um diagnóstico global da situação actual em matéria de barreiras urbanísticas e arquitectónicas presentes no território e, em fase subsequente, definir as orientações e as acções consideradas mais adequadas para corrigir as debilidades detectadas, em função do seu impacto estratégico e da sua viabilidade, no caso da área a vermelho; e, por outro:

Desenvolver projecto de execução (com todas as especialidades) para a área a amarelo, materializando assim o necessário para por em prática a primeira intervenção na grande área do PPA.

3. LEGISLAÇÃO

Deverá ser empregue a legislação em vigor e aplicável aos trabalhos da prestação de serviços em apreço, com especial enfoque para o DL n.º 163/2006, de 08 de Agosto - Acessibilidade a espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais (e suas alterações), bem como os instrumentos de gestão territorial.

4. SITUAÇÃO EXISTENTE

Em resultado de intervenções mais recentes já existem boas práticas de acessibilidade no interior da grande área considerada para o PPA, no entanto, os maus exemplos constituem ainda a maioria.

Seguem exemplos, primeiro na grande área:



Fig.2 – Arruamento paralelo ao ALDI.



Fig.3 – Rua 13 de Maio.



Fig.4 – Av. Beato Nuno.



Fig.5 – Rua N.ª Sr.ª de Lourdes.

E de seguida na área de intervenção ao nível do projecto de execução:



Fig.6 – Rua de St.   Ant nio.



Fig.7 – Rua de St.   Ant nio.



Fig.8 – Rua Francisco Marto.



Fig.9 – Rua Francisco Marto.

5. PROPOSTA

Relativamente ao PPA para a grande  rea:

O Plano de Promoção da Acessibilidade deve ser orientado para que o Município de Ourém possa desenvolver um Programa Operativo de promoção da acessibilidade, para a área de intervenção acima descrita.

A abordagem é a chave para que o Plano atinja os objectivos pretendidos e supere níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.é 163/2006, de 8 de Agosto. Tal abordagem necessita de uma metodologia simples e eficaz, que permita agir de forma sistematizada, monitorizando todas as fases e acções a implementar.

5.1. FASE I - DIAGNÓSTICO DO ESPAÇO PÚBLICO

Pretende-se o diagnóstico do Espaço Público, através de um levantamento e mapeamento rigoroso das barreiras existentes no espaço público recorrendo a Sistemas de Informação Geográfica e mapeamento dos percursos acessíveis e inacessíveis.

5.2. FASE II - PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Nesta fase pretende-se a definição da estratégia de intervenção decorrente da análise efectuada e dos objectivos definidos na fase anterior, que defina o caminho a prosseguir para se alcançar os desafios estabelecidos, considerando a importância e premência da melhoria das condições de acessibilidade no território, nomeadamente através de:

- Definição de propostas gerais de correcção das condições de acessibilidade;
- Definição de eixos prioritários de intervenção que espelhem as principais linhas de desejo pedonal;
- Desenvolvimento de estimativa orçamental;
- Definição de um programa de execução e de monitorização;
-

Para o projecto de execução da pequena área:

5.3. ARRANJO GERAL/ REDE VIÁRIA

5.3.1. PERFIL VIÁRIO

Ao nível da geometria deverão ser respeitados os instrumentos de gestão territorial em vigor e a demais legislação de âmbito técnico. Deve ser dada especial atenção à compatibilização de contas entre a via e os acessos às construções contíguas.

5.3.2. MATERIAIS:

Devem ser previstos materiais semelhantes aos existentes noutras requalificações da cidade, de modo a criar uma uniformização da imagem desta.

5.4. ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO

5.4.1. ARBORIZAÇÃO/CANTEIROS/FLOREIRAS

Deve ser prevista arborização, canteiros, floreiras e/ou outros similares e a escolha das espécies, deve ser adaptada ao local.

Deverá ser prevista rega automática passível de adaptar ao sistema já existente na Av. D. José A. C. da Silva.

5.4.2. MOBILIÁRIO URBANO E RSU

Deve ser prevista a instalação de papeleiras.

Pode ser prevista a instalação de bancos, ou outros equipamentos que se entenda pertinente, desde que em zonas de maior largura e que permitam criar pequenas área de repouso;

Os modelos escolhidos devem ser consentâneos com outros que já existem na cidade;

Devem ser previstos equipamentos cujos custos de fornecimento, montagem e manutenção sejam adequados à contenção que o gasto do erário público obriga.

5.5. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

5.5.1. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

Devem ser previstas marcas rodoviárias a inscrever no pavimento, todavia o reperfilamento viário deve ser suficiente para reduzir a sua quantidade.

5.5.2. SINALIZAÇÃO VERTICAL

A Sinalização Vertical será constituída por sinais de código e setas direccionais, instalados por forma regrada e sem prejudicar a circulação pedonal;

A sinalização deve ser adaptada à velocidade de circulação e ao meio urbano em que se insere, quer seja em tamanho, quer seja em redundância;

A sinalização direccional, deverá ser de caixa do tipo SNSV, ou equiv., ficando assim compatível com o que já existe na cidade.

Para todas as especialidades relativas às infra-estruturas do subsolo:

Cabe ao projectista desenvolver todos os projectos de especialidades com base no indicado na legislação técnica em vigor, devendo ainda considerar as indicações adiante, bem como os cadastros existentes;

O projectista deve compatibilizar os elementos de subsolo com os da superfície, resultantes dos projectos das várias especialidades;

O projectista deve prever a reconstrução das caixas de visita existentes e a manter;

O projectista deve, sempre que possível, avaliar os ramais às propriedades sem construção de modo a evitar que, num futuro próximo, seja necessário abrir valas no passeio e faixa de rodagem.

O projectista deve contactar directamente com as várias concessionárias de modo a desenvolver os projectos das várias especialidades.

5.6. REDES DE SANEAMENTO

A Divisão de Ambiente e Sustentabilidade indica:

Relativamente à rede de esgotos domésticos e rede de águas pluviais, que inclui ramais domiciliários e sumidouros, vamos fazer uma inspeção de vídeo para confirmar a necessidade de remodelação das redes, sendo que, até essa confirmação, é necessário considerar à renovação da totalidade das redes. Características – O coletor de esgotos domésticos deve ser em PP corrugado, DN de 200 mm.

5.7. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E DE COMBATE A INCÊNDIOS

A Divisão de Ambiente e Sustentabilidade e a concessionária BEWATER indicam:

Renovação da Rede de Água da Rua Francisco Marto, entre a Rotunda Sul e o cruzamento com a Rua 13 de Maio, incluindo ramais, deixando os encaixes nos entroncamentos existentes, nos quais onde se verificam ainda troços em fibrocimento. A rede a substituir deve ser em PVC DN 110;

Renovar os nós existentes, a indicar por parte do Be Water, conforme anexo;

Na área de intervenção deve ser colocado pelo menos 1 marco de incêndio, junto à Praceta de Santo António.

5.8. REDE DE INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS

Deverá ser prevista rede pública de iluminação, em LED, cujo modelo dos equipamentos deverá ser uniformizado ao existente na cidade, nomeadamente colunas Flamingo com luminárias BOX da SONERES (ou equiv.);

Caberá ao projectista avaliar a necessidade de algum complemento/alteração, em função do cadastro, de modo a fornecer, de forma subterrânea, energia a todos os confinantes com as vias.

5.9. REDES DE TELECOMUNICAÇÕES

Caberá ao projectista avaliar a necessidade de algum complemento/alteração, em função do cadastro, de modo a fornecer, de forma subterrânea, telecomunicações a todos os confinantes com as vias.

5.10. REDE DE GÁS

Já existe rede pública de abastecimento e distribuição de gás natural, e em bom estado;

Caberá ao projectista avaliar, em conjunto com a LusitâniaGás, e em consonância com o Município, a necessidade de algum complemento, alteração;

5.11. OUTROS

- Estabilidade;
- Plano de Segurança em saúde em Projecto;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- (outros que se considere necessário).

5.12. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

Os levantamentos topográficos dos dois arruamentos da pequena área serão fornecidos pelo Município.

5.13. CADASTRO DE INFRAESTRUTURAS

É fornecido o cadastro das várias infraestruturas, em anexo, conforme obtido das concessionárias, sendo delas a sua responsabilidade. Na falta deles, por inexistência, nomeadamente de infraestruturas concessionadas pelo município ou empresas municipais ou de concessão entregue, o município disponibilizará meios humanos que, em conjunto com o projectista aferirão o cadastro no local.

5.14. PROSPECÇÃO GEOTÉCNICA

A realização de prospecções e ensaios desta natureza, serão fornecidos pelo município, conforme expressa necessidade do projectista, devendo assim indicá-lo, bem como os locais e o número de sondagens e/ou outros.

5.15. INSPECÇÕES VÍDEO E OUTROS

Inspeções vídeo, reportes fotográficos, levantamentos de informação e outros similares, conforme necessidade do projectista, são, por essa razão, da sua responsabilidade.

6. METODOLOGIA, FASEAMENTO E PAGAMENTOS

6.1. METODOLOGIA

A prestação dos serviços será desenvolvida sob orientação do seu coordenador em conformidade com as indicações definidas pelo Dono de Obra, genericamente, em programa preliminar e, mais especificamente, ao longo do desenvolvimento de cada fase.

Os planos e os projectos deverão ser desenvolvidos de forma a garantir a definição de todas as soluções concebidas, de modo a minimizar indefinições e evitar trabalhos a mais durante a execução da obra.

No caso dos projectos devem ser desenvolvidos em concertação com as concessionárias das várias redes, cabendo ao projectista obter os pareceres necessários.

6.2. FASEAMENTOS E PRAZOS

Em termos de faseamento consideram-se os seguintes estádios:

- 30 dias para apresentação da Fase I - Diagnóstico do Espaço Público para a grande área e do estudo prévio, para a área de intervenção, contados desde a publicação do contrato no portal BASE.GOV;

- 30 dias para apresentação da Fase II - Propostas de Intervenção e do projecto de execução para a pequena área de execução, contados a partir da aprovação da fase anterior.

À aprovação de cada fase far-se-á com um auto de honorários, assinado pelo adjudicatário e pelo representante do dono de obra.

6.3. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:

A forma e condições de pagamentos devem respeitar as orientações estabelecidas no artigo 12.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, e são as seguintes:

Grande Área PPA (30% da proposta)		Pequena área P. Execução (70% da proposta)	
Fase I (entrega)	35 %	Estudo prévio (entrega)	20 %
Fase I (aprovação)	15 %	Estudo prévio (aprovação)	10 %
Fase II (entrega)	35 %	Projecto de execução (entrega)	35 %
Fase II (aprovação)	15 %	Projecto de execução (aprovação)	20 %
		Assistência técnica (*)	15%

(*) Com a assistência técnica à obra a prestar durante o prazo da empreitada, ou no prazo de 365 dias, contados a partir da data de aprovação do projecto, no caso desta não ter sido lançada a concurso.

7. APRESENTAÇÃO

Em cada fase de projecto será entregue uma colecção completa À CMO, em suporte digital e outra em suporte de papel.

Na fase de projeto de execução, os elementos em digital, serão também entregues em formato editável.

No caso dos arruamentos da pequena área de execução, deverá corresponder, a cada um, um processo totalmente individualizado.

A prestação de serviços inclui a produção, no mínimo, de 3 (três) *renders* de modelos tridimensionais por cada arruamento.

8. NOTA FINAL

Em tudo o demais omissos será tida em conta a legislação vigente.

Assinado por : **PEDRO MARINO REIS MENDES**

Num. de Identificação: BI123965217

Data: 2022.04.13 15:42:12+01'00'



Ourém, Abril de 2022

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM | SERVIÇO DE PROJECTOS TÉCNICOS

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS - ACESSIBILIDADES 360º
[2022/300.10.005/29]

PROGRAMA PRELIMINAR | ABRIL 2022 | REVISÃO 00

ANEXOS

ANEXO II

Consulta Preliminar ao Mercado **(n.º 4 do artigo 35.º-A do CCP)**

MUNICÍPIO DE OURÉM
CÂMARA MUNICIPAL
Caderno de Encargos

“P069/2022 - Serviços de Elaboração de Projeto de Execução - Acessibilidades 360.º - Programa de Intervenção nas Vias Públicas
(PIVP)”

-Página 12 de 12-

[REDACTED]

De: mpt® mobilidade e planeamento do território <Portugal@mobilidadept.com>
Enviado: 25 de fevereiro de 2022 17:10
Para: [REDACTED]
Cc: [REDACTED]
Assunto: MPT . FÁTIMA OURÉM . 360 ACESSIBILIDADES
Anexos: FATIMA.kmz; AREA FATIMA.jpg; PR.22.0699.01_PPA_Fátima.pdf

Importância: Alta

[REDACTED]
Município de Ourém

[REDACTED] vimos remeter, de forma simplificada, o orçamento para a elaboração do projeto de arquitetura e especialidades para a área que remetemos em anexo e também o orçamento para a elaboração do Plano de Promoção da Acessibilidade (PPA) para o Espaço Público (Acessibilidades 360º).

Para desenvolver o PPA, propomos um valor de [REDACTED] aos quais acresce o IVA à taxa em vigor. Em anexo enviamos a proposta para V/ análise.

No que concerne ao valor de honorários para desenvolver o projeto para a área em anexo, propomos um valor de [REDACTED] aos quais acresce o IVA à taxa em vigor, que incluir os seguintes serviços:

- Acessibilidade e Design Inclusivo;
- Arquitetura Paisagista;
- Projetos de Especialidades;
- PSS – Plano de Segurança e Saúde em Projeto;
- PPGRCD – Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

No que diz respeito às fases de projeto propomos desenvolver as seguintes:

- Estudo Prévio – 30dias
- Projeto de Execução – 30dias
- Assistência Técnica

Nota: O preço global apresentado não inclui os necessários levantamentos topográficos, estudos geológicos e geotécnicos e cadastros das redes de infraestruturas, que deverão ser assegurados pela Câmara Municipal de Ourém.

Estamos disponíveis para os esclarecimentos necessários.

Melhores cumprimentos,

[REDACTED]



mpt® - mobilidade e planeamento do território, lda

Avenida Dr. Antunes Guimarães, 342 | 4100-073 Porto - Portugal
tel +351 228 314 142 | fax +351 228 328 116 | www.mobilidadept.com

mapa de acessibilidade para o edifício da Rua da Restauração, 100, 4100-073 Porto

Sempre que enviar um arquivo gráfico, descreva-o.

Uma sociedade inclusiva respeita e valoriza a diversidade humana.

_INFOACCESSIBILIDADE

Every time you use graphics, describe them.

An inclusive society respects and values human diversity.

_INFOACCESSIBILITY



MUNICÍPIO DE OURÉM

Elaboração do
**Plano de Promoção da Acessibilidade
para o Espaço Público (Acessibilidades 360°)
de Fátima**

Proposta de Trabalho

PR.22.0699 | fevereiro 2022

Índice

1. BREVE ENQUADRAMENTO	2
1.1. A MPT® - MOBILIDADE E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO.....	2
1.2. A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL, O ESPAÇO PÚBLICO E O PORTUGAL 2020	3
1.3. O PRR - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA E A ACESSIBILIDADE.....	4
1.4. NOTA FINAL.....	5
2. TAREFAS A DESENVOLVER.....	6
3. PRAZO DE EXECUÇÃO.....	10
4. HONORÁRIOS E PLANO DE PAGAMENTO	10

1. Breve enquadramento

1.1. A mpt® - mobilidade e planeamento do território

A mpt® é uma empresa de planeamento e gestão da mobilidade, com uma visão contemporânea nos modelos e projetos que desenvolve, integrando, de forma holística, todos os saberes que, direta ou indiretamente, desenham territórios com qualidade do ambiente urbano.

As cidades e as vilas são os palcos sociais da mobilidade e nesta linha, a mpt® define sempre na sua estratégia a procura da qualidade de vida das pessoas e a relação destas com os lugares.

Através de práticas de planeamento e projeto integradas, envolvendo as estratégias de desenvolvimento urbano, as políticas do território, as vertentes de tráfego e transportes, o planeamento urbano e a arquitetura paisagista, a ecologia urbana e o desenho da cidade/vila também na sua componente arquitetónica, a mpt®, ao longo destes 17 anos, contribuiu, decisivamente, para o desenho e imagem de uma moderna forma de estar nas cidades e vilas: cuidar dos espaços públicos e urbanos, como se se tratassem de uma sala de estar.

A nossa experiência tem sido fulcral para o posicionamento da empresa no mercado. Englobar, simultaneamente, três temáticas numa só: estudar o tráfego e a mobilidade urbana, incluir e promover as acessibilidades e o desenho universal e, ainda, desenhar cidades/vilas, assume-se como fator determinante na abordagem à temática, imprescindível para a crescente necessidade da existência de territórios mais inclusivos e competitivos.

Em matéria de acessibilidade para todos, a mpt® foi precursora, em Portugal, ao nível das cidades, das vilas e dos municípios. Assim, tornou-se o maior gabinete técnico do país, com mais experiência, mais resultados, mais conhecimento e menos custos de realização de ações.

De resto, **Paula Teles, CEO da mpt®, faz parte da história desta matéria em Portugal** e foi convidada pelo governo de então para integrar o grupo de trabalho do Decreto-Lei atualmente em vigor e para coordenar o Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos, lançado em 2007.

Desde a **coordenação técnica da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos**, com os seus 80 municípios, os **90% dos municípios das primeira e segunda gerações**

dos Planos de Promoção da Acessibilidade (RAMPA) e a atual liderança no desenvolvimento de Planos de Mobilidade Urbana Sustentável, a mpt® consolidou e ganhou a confiança dos municípios portugueses.

Integração temática transversal nos serviços técnicos. Participação da sociedade civil. Método de trabalho inovador e de eficácia tecnológica (SIG). Formação técnica e marketing territorial para o Turismo Acessível, são, também, vetores fundamentais que gerimos com a determinação da experiência, nacional e internacional, vivida pela mpt®.

A mpt® é, na atualidade, consultora de várias entidades públicas e privadas em matéria de promoção das condições de acessibilidade e mobilidade para todos.

1.2. A acessibilidade universal, o espaço público e o Portugal 2020

No âmbito do Portugal 2020, em fase final de execução, o Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais, no ponto 4 do Artigo 17.º define, pela 1ª vez em Portugal, que *“As intervenções em espaço público ou em edifícios de acesso público devem garantir o respeito pelas condições de acessibilidade e mobilidade para todos.”*

Assim, deverá existir, durante o desenvolvimento das ações financiadas, em todos os estádios da operação, desde o plano, passando pelo projeto e terminando na sua implementação física, a elaboração de Relatórios de Progresso e Monitorização assinados por especialistas devidamente reconhecidos que garantam, de forma inequívoca, a promoção das condições de acessibilidade.

Por tudo isto, a acessibilidade é, hoje, um critério de qualidade do espaço público das cidades e vilas motivo pelo qual é também um fator fundamental a considerar nos projetos de desenho urbano.

As cidades e vilas do século XXI devem estar preparadas para acolher as necessidades dos seus cidadãos, portanto o processo de projetar espaços públicos, cada vez mais abrangentes e inclusivos e menos restritivos, tem-se apresentado como tendência mundial moderna que se difunde tal como outros processos que permitam conferir qualidade de vida às pessoas.

De facto, a medida preconizada não haveria de ser concretizada, na sua maioria, no âmbito do referido PEES (somente 10 milhões de euros foram alocados para beneficiações no âmbito dos edifícios da administração central) mas foi antes incorporada no **PRR - Plano de Recuperação e Resiliência**, com uma dotação total de **45 milhões de euros** e sob a designação de **Acessibilidades 360º**, acrescidos de 3 milhões de euros para a concretização da Plataforma de Informação + Acesso.

Este **envelope financeiro possibilitará operacionalizar os planos de acessibilidade** desenvolvidos pelas autarquias, essencialmente no âmbito do quadro comunitário QREN 2007-2013, e que agora, decorrida uma década, **urge atualizar por forma a ser garantida uma discriminação positiva** entre quem o tem ou não atualizado, ou, em muitos casos, entre quem dispõe ou não dispõe de plano.

De resto, o **aviso do programa Acessibilidades 360º - Programa de Intervenção nas Vias Públicas** considera o Plano de Promoção da Acessibilidade um como absolutamente central nos critérios de avaliação das candidaturas, atribuindo pontuação máxima a quem disponha deste plano elaborado.

Esta é a medida que faltava e que se encontrava prometida desde a elaboração da primeira geração de planos de promoção da acessibilidade. Identificar os problemas, quantificá-los e, posteriormente, com base em **novas linhas de financiamento específicas para quem desenvolveu estes planos**, corrigir as debilidades encontradas evitando as intervenções casuísticas ou avulso.

1.4. Nota final

Porque a mpt® apresenta um vasto *curriculum* no desenvolvimento estudos e planos de promoção da acessibilidade pedonal, e porque entendemos que podemos e queremos contribuir para a construção de cidades e vilas mais democráticas e mais amigáveis para as pessoas, apresentamos a seguinte proposta de **Prestação de Serviços para a Atualização do Plano de Promoção da Acessibilidade para o Espaço Público de Fátima**.

2. Tarefas a desenvolver

A missão do Plano de Promoção da Acessibilidade consiste em definir a melhor estratégia que possibilite à Câmara Municipal promover a acessibilidade no espaço público do seu território.

Para esse efeito, desenvolver-se-á um diagnóstico global da situação atual em matéria de barreiras urbanísticas e arquitetónicas presentes no território e, em fase subsequente, definir-se-ão as orientações e as ações consideradas mais adequadas para corrigir as debilidades detetadas, em função do seu impacto estratégico e da sua viabilidade.

Esta abordagem é a chave para que o Plano atinja os objetivos a que se propõe e supere níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto. Tal abordagem necessita de uma metodologia simples e eficaz, que permita agir de forma sistematizada, monitorizando todas as fases e ações a implementar.

O Plano de Promoção da Acessibilidade será orientado para que o Município de Ourém possa desenvolver um Programa Operativo de promoção da acessibilidade, para a área de intervenção infra proposta.

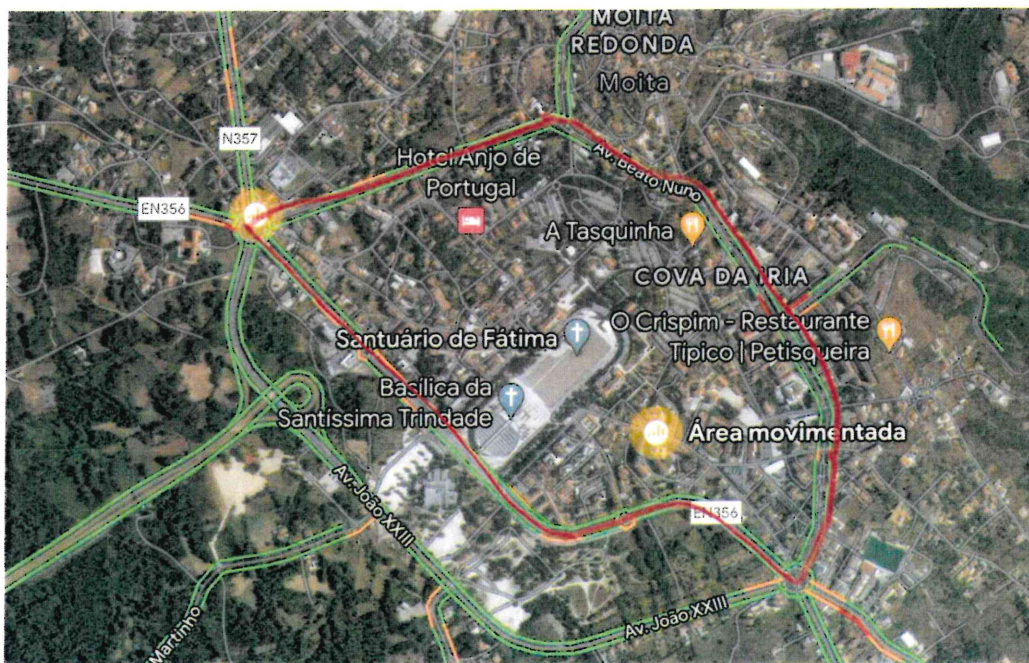


Figura 1. Área de intervenção para o Plano de Promoção da Acessibilidade (Acessibilidades 360º)

O serviço a prestar compreende a realização de um conjunto de tarefas diversificadas no âmbito da promoção da acessibilidade para Todos. Pretende-se, por um lado, proceder identificar as debilidades existentes em matéria de acessibilidade e design universal, mas, por outro lado, consciencializar o corpo técnico e político para a necessidade premente de considerar as matérias de acessibilidade nos projetos em desenvolvimento, bem como solucionar, com base em casos concretos de projeto e obra, fragilidades existentes.

Assim, o Plano de Promoção da Acessibilidade será elaborado de acordo com o seguinte faseamento e conteúdos previsionais:

▪ **Fase I - Diagnóstico do Espaço Público**

- Enquadramento geral onde constará o âmbito do plano, os seus objetivos, um breve apontamento sobre a legislação em vigor em matéria de acessibilidade universal e o método geral de abordagem do plano.

Elaborar-se-á um enquadramento geográfico sucinto e proceder-se-á à identificação da área de intervenção do plano com mapeamento das suas principais valências e áreas funcionais e o seu impacto na necessidade premente de melhoria das condições de acessibilidade para todos;

- Diagnóstico do Espaço Público, onde se efetuará um levantamento e mapeamento rigoroso das barreiras existentes no espaço público recorrendo a Sistemas de Informação Geográfica (Figura 2) e mapeamento dos percursos acessíveis e inacessíveis (Figura 3).

Neste ponto desenvolver-se-á uma análise por tipologia de barreira, uma análise da área de intervenção e dos seus percursos acessíveis e inacessíveis decorrentes das barreiras presentes no território-Plano.

Dedicar-se-á, também, especial atenção às passagens de peões e a importância para a sua segurança, à acessibilidade às infraestruturas de apoio aos transportes públicos e, por fim, será efetuado um apontamento sobre o estacionamento dedicado a pessoas com mobilidade reduzida na via pública.



Figura 2. Extrato de planta exemplificativa, elaborada em Sistemas de Informação Geográfica, com identificação das barreiras em espaço público



Figura 3. Extrato de planta exemplificativa, elaborada em Sistemas de Informação Geográfica, com mapeamento dos percursos acessíveis e inacessíveis

■ **Fase II - Propostas de Intervenção**

- Definição da estratégia de intervenção decorrente da análise efetuada e dos objetivos definidos na fase anterior, que defina o caminho a prosseguir para se alcançar os desafios estabelecidos, considerando a importância e premência da melhoria das condições de acessibilidade no território;
- Definição de propostas gerais de correção das condições de acessibilidade, considerando, entre outras, soluções gerais e tipificadas associadas à rede de percursos acessíveis, soluções específicas para passagens de peões e perfil-tipo de rua tendentes à construção de um território mais acessível;
- Definição de eixos prioritários de intervenção que espelhem as principais linhas de desejo pedonal, considerando as áreas residenciais, as grandes áreas comerciais, equipamentos, serviços públicos ou outras infraestruturas, tais como as interfaces de transportes públicos e definição de prioridades tendo em conta os critérios de avaliação do Programa Acessibilidades 360º por forma a agilizar o início da elaboração de projetos de execução.
- Desenvolvimento de estimativa orçamental global que, através das barreiras identificadas, permita quantificar e definir um valor financeiro global para a sua correção, recorrendo a valores de intervenção por m², ou por remoção do elemento/barreira em causa.
- Definição de um programa de execução e de monitorização que possibilite conceder, à autarquia, uma calendarização de execução das ações e, de igual forma, criar os mecanismos para que o presente plano disponha de uma atualização regular ao longo do tempo.

3. Prazo de Execução

A presente prestação de serviços apresenta um prazo global de execução de **3 meses**.

4. Honorários e Plano de Pagamento

Para os serviços a prestar propomos o valor global de [REDACTED] [REDACTED] aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a seguinte desagregação:

- **Fase I - Diagnóstico do Espaço Público:** 50% do valor global proposto;
- **Fase II - Propostas de Intervenção:** 50% do valor global proposto

Porto, 22 de fevereiro de 2022


Paula Teles

